

A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E O PRIMEIRO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO NO SÉCULO XXI: A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS / *POLICE OFFICERS OF BAHIA AND THE FIRST MOVEMENT OF THE 21st CENTURY CYCLE OF DEMANDS: CIRCULATION OF MEANINGS*

Aretuza Pereira dos SANTOS*

RESUMO

Neste artigo, discutimos o processo de produção de sentidos em alguns dizeres que circularam na sociedade baiana em torno do movimento reivindicatório da Polícia Militar da Bahia ocorrido no ano de 2001. Durante o movimento reivindicatório, a relação que se estabeleceu entre grevistas-militares e representantes do governo fora marcada por fortes tensões, bem como na sociedade e na mídia, de modo geral, há crescente efervescência nas discussões sobre a PM *poder* ou *não poder fazer* greve, e sobre a greve da polícia *ser* ou *não ser* legal, legítima. A Análise do Discurso pecheutiana, enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, permite compreender como essas tensões se processam no campo da linguagem. Com efeito, nesses embates ideológicos, o ato de resistir, no campo discursivo-ideológico, deve considerar a capacidade dos sujeitos históricos em sublevar-se contra a dominação, instaurando um confronto social com efeitos sobre as práticas discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Greve. Estado. Sentidos.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the process of meaning production in some Bahia's sayings on the 2001 strike movements of police officers of Bahia ("Polícia Militar da Bahia-PM"), which happened in the second half of that year. During the cycle of demands of Bahia's military police, the relationship between the police strikers and the government's authorities was characterized by great tension. This tension could also be observed in society as a whole and in the media. In general, the discussion reached its boiling point when it regarded whether police officers should or should not be allowed to go on strike and whether a police strike was or was not legal, legitimate. Pecheutian discourse analysis, as a praxis of historical comprehension of semantic processes, allow us to understand how such tensions take place at a language level. As a matter of fact, in such ideological disputes, the resistance act, at the discursive-ideological dimension, must take into consideration the historical subjects' capacity to stand up against domination, setting up a social confront, which effects discursive practices.

KEYWORDS: Military Police. Strike. State. Meanings.

* Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador – BA – Brasil.
E-mail: aretuzap@yahoo.com.br.

Introdução¹

As manifestações reivindicatórias da polícia militar na Bahia são marcadas por fortes tensões sociais entre os servidores públicos da área de segurança e o empregador, gestor estatal situado à esquerda do espectro político. A Análise do Discurso de linha pecheutiana² nos permite compreender como essas tensões se processam no campo da linguagem, uma vez que, enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, tem como um de seus desafios o estudo das condições de produção de um discurso através da montagem de *corpora*.

O primeiro movimento reivindicatório da polícia militar da Bahia no século XXI, deflagrado oficialmente junto à polícia civil em 05 de julho de 2001 e finalizado no dia 18 de julho de 2001, na cidade de Salvador, possibilitou-nos identificar aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam as condições de produção e as posições de sujeito vinculadas ao discurso do governo sobre a PM *poder* ou *não poder fazer greve*, e sobre a greve da polícia *ser* ou *não ser* legal, legítima. Tal movimento, destacou-se, no cenário baiano, por seu efeito propagativo e durativo, inaugurando na Bahia um *ciclo de protestos*³ que provocara à adesão de outros órgãos, outras unidades de policiamento no interior do Estado e outros Estados.

No dia 08 de junho de 2001, no Ginásio de Esportes do Sindicato dos Bancários, os policiais baianos se reuniram com a finalidade de discutir questões salariais, a partir daí, criaram uma comissão de negociação, elaboraram uma pauta de reivindicação e um documento, no qual eram denunciadas ameaças de morte, as precárias condições de trabalho e os baixos salários da tropa. Tais documentos ficaram sob a incumbência do (tenente E.U. e sargento I.S.) para serem entregues aos ministérios da Justiça e da Defesa,

¹ Neste artigo, discutimos o resultado de parte de uma pesquisa que visa, de modo geral, compreender a produção de sentidos nos dizeres que circularam na sociedade sobre movimentos de greve da Polícia Militar do Estado da Bahia, a qual nos possibilitou identificar aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam as condições de produção e as posições de sujeito vinculadas ao discurso do governo sobre a PM *poder* ou *não poder fazer greve*, e sobre a greve da polícia *ser* ou *não ser* legal, legítima.

² Teoria que fundamenta esta pesquisa. Nessa perspectiva teórica, assume-se o pressuposto de que o sujeito do discurso já é interpelado ideologicamente e sua prática discursiva demonstra uma relação constitutiva com o imaginário que o afeta; esse assujeitamento (interpelação) se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva – materialização na linguagem da formação ideológica – que o domina, além de pressupor um desdobramento em diferentes modalidades de identificação com a forma-sujeito da formação discursiva; que o sujeito é a posição que se assume no discurso, onde sujeito e sentido irão se constituir ao mesmo tempo; e que o discurso é o efeito de sentidos entre interlocutores.

³ “*Ciclo de protestos* tem por característica a rápida transmissão reivindicativa de uma ordem modular apreendida, adaptada e rotinizada” (TARROW *apud* ALMEIDA, 2014, p.169).

ao Senado e à Presidência da República. Cumprida a missão, ao desembarcar no Aeroporto de Salvador, o tenente foi preso; e o sargento, ainda estando numa pousada em Brasília, foi detido por policiais da Bahia e mantido incomunicável.

Sem notícia dos presos, os policiais ficaram indignados. Aproximavam-se o desfile de 02 de julho (Independência da Bahia) e a assembleia que estava agendada para o dia 05 de julho, em razão disso, o então comandante da polícia militar, o coronel Jorge Luiz Santos, temeroso, determinou que os policiais, nesses dois dias, permanecessem nos quartéis de prontidão. Atendendo à determinação, os policiais replicaram que não sairiam da prontidão até a decisão da assembleia. Em retaliação, no dia 03, o coronel divulgou a exclusão de 68 (sessenta e oito) policiais, sem instaurar sindicância, sob justificativa de terem participado das assembleias anteriores, além disso, denunciou, ao Conselho de Justificação, três oficiais sob as mesmas alegações.

Revoltados, no dia 05 de julho de 2001, os policiais civis e militares da capital baiana, no Ginásio de Esportes do Sindicato dos Bancários, deflagram o estado de greve, exigindo a libertação dos presos, a reintegração dos excluídos e as reivindicações salariais já pleiteadas anteriormente.

Nos primeiros dias de greve, como de praxe, após reunião com a secretária de segurança, Katia Alves, a fim de avaliarem os desdobramentos do primeiro dia de greve, o governador César Borges (PFL) assevera que a situação está controlada e que somente dialogará com a suspensão imediata da greve. Por outro lado, o comando da PMBA, mesmo com o crescimento do número de adeptos, minimiza o movimento, atribuindo-o a uma minoria equivalente a 10% (dez por cento) da tropa baiana, afirmando que se tratava de “atitudes isoladas de indisciplina e desobediência, com cunho meramente político”, e alertava que “continuará adotando medidas punitivas contra os ‘rebelados’⁴”.

Entre os dias 09, 10 e 11 de julho, os grevistas-militares recebiam, constantemente, notícias de que os quartéis seriam invadidos por tropas recrutadas do interior do Estado pelo comandante geral (o qual conseguira liminar de reintegração de posse dos quartéis rebelados, concedida pelo juiz Eduardo Carvalho); e por tropas do Exército que fora solicitado pelo governador ao Presidente Fernando Henrique (PSDB), além da notícia do pedido de julgamento da legalidade da greve ao Tribunal de Justiça. Reitera-se que essas duas últimas solicitações de Cesar Borges fora adotada somente no

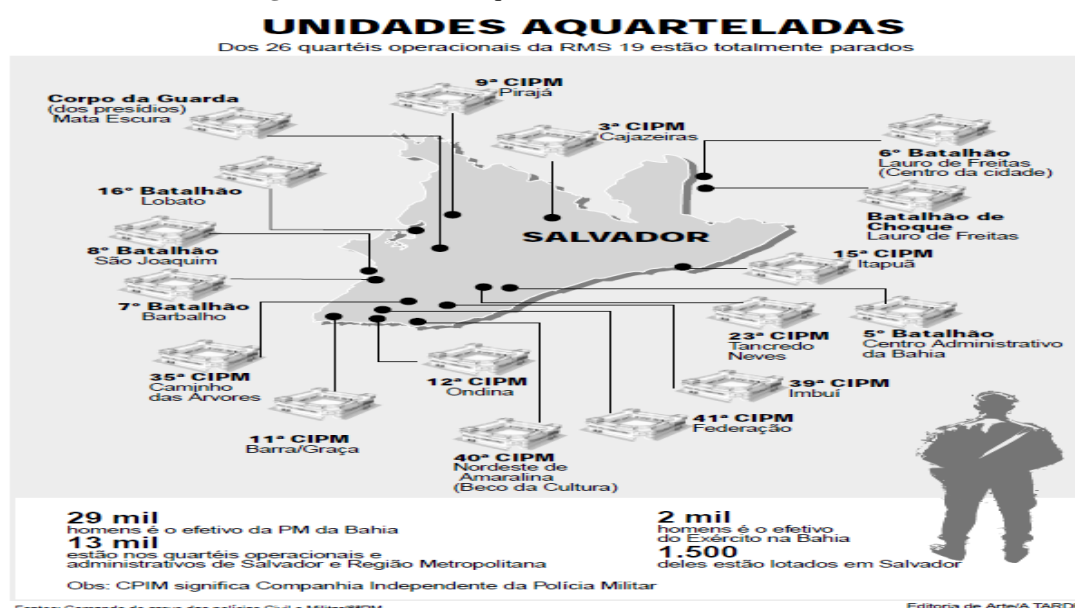
⁴ Informações contidas no jornal *A Tarde*, de 04 de julho 2001, p.L3; jornal *A Tarde*, de 06 de julho de 2001, p.L3; jornal *A Tarde*, de 07 de julho de 2001, p.L3; e, Jornal *A Tarde*, 14 jul. 2001, p. L2.

dia 11, seis dias após a deflagração do movimento, o qual conduziu com acirrada intransigência em não negociar.

Durante a vigência do movimento, inúmeros assaltos, arrastões, saques, arrombamentos e homicídios contribuíram à desorganização do cotidiano social. Outros servidores públicos também aderiram à greve devido à caótica instabilidade social e à reivindicação de melhorias, a saber: vigilantes, juristas, policiais civis, delegados, peritos, professores, bancários, rodoviários, servidores de saúde, trabalhadores da limpeza urbana e médicos. Praticamente todo o Estado da Bahia estava parado. Juniele Almeida (2010, p.122) abaliza que a greve de 2001 inaugurou um segundo *ciclo nacional de protestos*. Os Estados envolvidos foram Tocantins, Pernambuco, Alagoas, Pará, Piauí, Paraná, Distrito Federal, São Paulo e Bahia.

A imagem a seguir registra as unidades, batalhões e companhias que mantiveram bombeiros e policiais militares aquartelados na cidade de Salvador (nos primeiros dias de greve). Além dessas, os batalhões e companhias independentes, nas cidades de Juazeiro, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Vera Cruz (Mar Grande), Ilhéus, Barreiras, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Eunápolis, Gandu, Valença, Porto Seguro, Ipiaú, Itapebi, Itagimirim, Guaratinga, Serrinha, Araci, Santo Estevão, Riachão do Jacuípe, Guanambi, Lauro de Freitas, Pilão Arcado, Remanso, Amargosa, Nazaré, Mutuípe, Valença, Vitória da Conquista, dentre outras, aderiram ao movimento reivindicatório de 2001.

Figura 1 – Unidades aquarteladas na cidade de Salvador



Fonte: Jornal *A Tarde*, 12 jul 2001, p. L3.

Diante de tudo isso, não podemos deixar de pontuar a resistência empregada na luta de classes, principalmente, para esta parcela duplamente explorada: capital e hierarquia disciplinadora. O ato de resistir, no campo discursivo-ideológico, considera a capacidade dos sujeitos históricos em sublevar-se contra uma prática de dominação que passa a não ser mais aceita como um todo. Maurício Tragtenberg, ao prefaciар o livro de Joao Bernardo, *Economia dos Conflitos Sociais*, comenta que:

No processo da luta de classes, o capital tanto emprega a repressão quanto uma política de ceder limitadamente às reivindicações dos trabalhadores, como forma de se antecipar a futuros conflitos. A burguesia tanto recorre à exploração da mais-valia absoluta, quanto mantém uma ditadura autoritária que fecha os sindicatos impedindo o surgimento de profissionais da “negociação”, prende trabalhadores e fecha os canais políticos de participação social [...] essa não é a única técnica de manutenção da dominação e da exploração. A burguesia pode recorrer a mecanismos “participativos”, cedendo em parte às reivindicações operárias, porém antecipando-se a elas mediante o aumento da exploração do trabalho através da mais-valia relativa (TRAGTENBERG *apud* BERNARDO, 2009 [1991], p.4, grifos nossos).

Instaurado o confronto, o explorador capitalista tanto pode reprimir de maneira declarada com prisões e interdições no funcionamento de sindicatos e/ou funcionamento da liberdade política, como também pode ceder algumas reivindicações. Entretanto, o ato de ceder é com limitações, restrições e ludibriações⁵. Tudo isso remete ao que Jacques Rancière, no livro *O Desentendimento: política e filosofia*, afirma: “as falas dos chefes ou dos magistrados, que negam aos operários o direito de greve, são uma confirmação desse direito, *já que* tais falas implicam uma não-comunidade, uma desigualdade que é impossível, contraditória” (RANCIÈRE, 1996, p. 64, grifos do autor).

No movimento reivindicatório de 2001, apenas a partir do dia 14 de julho, houvera os primeiros sinais de flexibilização do governador, que se vira impelido, paulatinamente, a ceder diante da forte pressão da sociedade que exigia segurança nas ruas, e também da forte totalização e resistência de adeptos ao movimento. Esses primeiros sinais consistiram na libertação dos presos e a reintegração dos 68 policiais excluídos por ter

⁵ Por exemplo: nos protestos ocorrido na Bahia em 1997, a concessão do aumento salarial e a extinção da graduação de cabos e subtenentes, na realidade, apenas prejudicaram aos soldados e aos sargentos (os praças); constava na pauta de reivindicação dos protestos ocorridos em 2002 o cumprimento do acordo realizado em 2001; em 2012, constava na pauta de reivindicações o não cumprimento dos acordos feitos em 1997 e em 2001.

participado publicamente das assembleias; e, por conseguinte, a aceitação de 23 dos 26 itens da pauta de reivindicação⁶.

No dia 16, pela manhã, os sargento e tenente (I.S. e E.U.) percorrem os quartéis para transmitir as propostas apresentadas, convencendo os aquartelados a colocar 30% do efetivo nas ruas. E, na assembleia realizada no dia 18, marcada pelo desentendimento entre lideranças e grevistas, findara-se a greve de 2001. De modo geral, a tropa demonstrou insatisfação com as propostas e se sentiu fracassada e, por conseguinte, a falta de credibilidade em determinadas associações começou a ser solidificada. A caótica assembleia que finalizou *o ciclo de protestos* de 2001, destoou da assembleia que o deflagrara e, também, de suas conquistas desproporcionais em comparação à abrangência de adesão ao movimento. Na tentativa de conforto, prometeram-se novos aquartelamentos, caso o governo não cumprisse as propostas.

1. Circulação de sentidos

Durante o movimento reivindicatório, inúmeros noticiários discutiram sobre a importância e eficácia da Polícia Militar nas atuações cotidianas; na manutenção da ordem e segurança; e na discrepância da população em sentir-se insegura com ou sem policiamento na cidade, pois a mesma população que reclama da insegurança social, quando a sociedade está policiada, é a mesma que reclamara da falta de segurança, no momento em que a sociedade está sem policiamento. Além disso, essa mesma sociedade diverge constantemente sobre a PM poder ou não poder fazer greve, desaprovando a intransigência do governo e reconhecendo o descaso deste à população. De acordo com Eni Orlandi (2012a), o processo de produção do discurso implica três momentos relevantes

[...]sua **constituição**, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua **formulação**, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específica; e sua **circulação** que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2012a, p.9).

⁶ No dia 16, o governo apresentou a proposta de 21% de reajuste salarial, dessa forma, a categoria teria aumento de 10% no próximo dia 1º, 5% em 1º de maio e mais 5% em 1º de julho de 2002. Segundo a proposta, o primeiro reajuste (10%) incidiria sobre o salário-base (R\$ 180). E, em julho de 2002, o policial de área operacional, aquele que trabalha nas ruas, receberia R\$ 875, incluindo as gratificações. (*Jornal A Tarde*, 16 jul. 2001).

Dessa forma, a linguagem produz sentido na relação com a língua e com a história. Nesse ínterim, convém destacar também que “[...] o sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia” (ORLANDI, 2012a, p.103). O efeito de interpelação ideológica submete o sujeito a agir de acordo com os ditames de determinada formação social.

No dia 18 de julho, a Revista *Veja*, ao reportar a greve baiana de policiais, referencia-a da seguinte forma “**A anarquia na greve da Polícia Militar**”. O corpo da reportagem, “**Pânico em Salvador: A polícia promove a anarquia nas ruas e a bandidagem aproveita enquanto o governador viaja para fazer política**”, descrevera sucintamente o terror, o medo e a insegurança no período do estado de greve.

Na semana passada, ladrões e desordeiros estavam à vontade em Salvador. Seis agências bancárias e quarenta ônibus foram assaltados só na quinta-feira. Dezenas de lojas tiveram os estoques saqueados. Centenas de encapuzados, muitos usando uniforme da Polícia Militar, rodavam pela cidade exibindo armamento pesado. Um grupo desses chegou a desfilar pelos corredores de um shopping, aterrorizando comerciantes. Cidadãos em pânico corriam de um lado para o outro, com medo de arrastões, de tiroteios e dos mascarados. Algumas pessoas saíram armadas, dispostas a se defender a bala na hipótese de assalto. Emissoras de rádio apelavam para que a população não saísse de casa. Os bancos e o comércio fecharam as portas. Empresas de transporte reduziram o serviço ao mínimo. A preocupação com parentes e amigos levou muita gente ao telefone. Um aumento de 60% no total de ligações tirou aparelhos do ar por quatro horas e isso deu origem a um boato sobre sabotagem no sistema. O corpo de um homem morto a tiros ficou horas estendido numa passarela sobre uma das principais avenidas de Salvador. A média de homicídios a cada 24 horas aumentou de três para dez casos. Pior: em cidades em torno da capital, o cenário era idêntico (COUTINHO, 2001, p. 52).

O sofrimento, o medo, a tensão, a desordem e o desespero poderiam ter sido evitados se as leis que regem a sociedade, cujos princípios são democráticos, funcionassem em favor do povo, como um todo. Desse modo, não precisaríamos de revoltas para angariar ou assegurar direitos, porque estaríamos regimentados por um sistema igualitário de partilha. Suzy Lagazzi, no livro “*O desafio de dizer não*”, assevera que

O sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão que o embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas coloca. **A resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar a coerção, é a batalha por ‘um lugar no qual o sujeito se encontre um poder de dizer’, com ou sem os respaldo da hierarquia** (LAGAZZI, 1988, p.97, grifos nossos).

Por conseguinte, as mobilizações representam rupturas com os modos de subserviência, arraigados nas relações sociais, mostrando os caminhos tortos da construção democrática. A reportagem realizada pela Revista *Veja* traz, ao cenário público do Estado da Bahia, uma cena inovadora: policiais fardados, armados, encapuzados e de braços cruzados.

Figura 2 – PMs aquartelados: Greve de 2001



Fonte: Revista *Veja*, 2001, p. 52. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

A discursividade imagética da Figura 2 evoca uma memória do dizer e do visualizar que entrelaça uma rede de sentidos que marcam o tensionamento em relação ao contraste promovido por agentes de segurança que deveriam manter a *ordem*. O dizer [A polícia promove a anarquia nas ruas] e a imagem produzem um efeito ideológico que ressignifica o caráter reivindicatório da ação dos militares/grevistas, deslizando para vários outros sentidos favoráveis e desfavoráveis.

O movimento reivindicatório de 2001, no cenário de greves realizadas pela polícia militar na Bahia, destaca-se em razão da quantidade de dias de paralisação, do repertório de ações, do ciclo de protestos, do poder de resistir, da coesão dos envolvidos, da

solidariedade interna e externa à causa reivindicatória (já que nos protestos anteriores configuravam-se apenas algumas mobilizações) e por gerar desgastes profundos em elementos específicos da instituição, embora não tão suficientes para transformar caracteres estruturantes. Um desses elementos foi a significativa modificação na relação entre oficial e praças, bem como na relação entre praças e a imprensa. O *novo repertório da ação coletiva*⁷ na Bahia, policiais fardados e armados reivindicando direitos, fora o último em que grevistas/militares utilizaram-se de fardamento. O recurso do uso de capuz representava o medo de futuras retaliações, mas essa performance não voltou a se repetir nos movimentos de 2012 e 2014. Esse é um indício de pequenas movimentações em direção ao desvencilhamento e/ou a deslocamentos com as formações discursivas⁸ que lhes foram impostas ao longo do tempo.

Em entrevista à Agência *Folha*, o governador, no dia 19 de julho de 2001, atribuiu aos grevistas/militares a autoria dos crimes praticados na vigência do movimento, com a manchete “Para governador da Bahia, PMs participaram de saques”.

Folha - *Por que tantos arrastões e saques ocorreram durante a greve?*

Borges - Houve **uma ação deliberada de um grupo para implantar o terror na Bahia, para mostrar que a greve da PM tinha adesão total**. Não acredito que a iniciativa dos saques e arrastões tenha partido do povo baiano, que é pacato e ordeiro. Havia, no movimento, muitos radicais, policiais que não merecem vestir a farda.

Folha - *O sr. pretende fazer uma reformulação na polícia?*

Borges - O assunto merece uma profunda reflexão por parte de todos os governadores. Em minha opinião, o **Exército deveria voltar a inspecionar a PM, como fazia antes da Constituição de 88**.

Folha - *Por que o sr. demorou tanto tempo para pedir ajuda ao Exército?*

Borges - Não houve demora. Até a última quinta-feira, quando os primeiros saques ocorreram, **a greve estava sob controle. O presidente Fernando Henrique não mediu esforços para ajudar** (BORGES, 2001, grifos nossos).

⁷ Juniele Almeida (2010), em sua tese de doutorado: “*Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*”, utiliza a concepção de *novo repertório da ação coletiva*, como um conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por estratégias anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins. Essa concepção foi desenvolvida por Charles Tilly, o qual abaliza que os movimentos de policiais militarizados em esfera nacional expressaram *novo repertório da ação coletiva*, uma vez que trouxeram a público policiais fardados e armados em reivindicação.

⁸ “Formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.147).

Nota-se que atribuir a autoria dos atos delituosos aos grevistas-militares; deslegitimar o direito de greve; reafirmar o desejo de que o Exército retornasse a manter o controle da PM tal qual no período ditatorial; prender e excluir; inserir outros especialistas de controle à manifestação/massas (mesmo que neste governo tenha sido protelado, mas por questões de intransigência) são práticas e dizeres reacionários que seguem a uma regularidade, em relação aos movimentos antecessores e posteriores, tanto aos partidos de esquerda quanto de direita. Ademais, tudo isso não visa uma reformulação na polícia, a qual busque atender mais democraticamente ao cidadão - uma polícia mais democrática compatível com os preceitos da atual conjuntura - nem romper com os resquícios ditatoriais que estruturam os pilares da instituição.

Vale assinalar que, durante o período de greve, os aquartelados receberam doações de alimentos tanto dos comerciários quanto de alguns políticos de esquerda. Levando alguns membros da sociedade, em espaços reservados à opinião de leitores, nos jornais da cidade, a tecerem comentários sobre a relação política, polícia, sociedade e o estado de greve. Selecionamos alguns:

Figura 3 – A população e o posicionamento no movimento de 2001

A greve (I)	A greve (II)	A greve (III)
<p>Todo mundo tirando proveito dessa greve de polícias.</p> <p>Fulano faz vista grossa para que Sicrano “se queime”, esquerdistas vão aos quartéis levar comida àqueles que os reprimem em passeatas, Brasília faz a sua pirraça demorando de enviar soldados etc.</p>	<p>Tiramos daí uma lição que deveria ser inesquecível: quando se trata de política e eleições, o que menos importa é o povo.</p> <p>No caso atual, o que menos tem importado é a efetiva segurança pública.</p> <p>Muito lamentável, mas realidade cruel.</p>	<p>Pelo contrário, deve haver quem esteja torcendo por uma tragédia, pois assim terá farto material eleitoral em 2002.</p> <p>Abutres da urna.</p>

Fonte: Jornal A Tarde, 14 jul. 2001, p. L2.

Para **A greve I** “*Todo mundo tirando proveito dessa greve de polícias... esquerdistas vão aos quartéis levar comida àqueles que os reprimem em passeatas*”; segundo **A greve II** “*quando se trata de política e eleições, o que menos importa é o povo...o que menos tem importado é a efetiva segurança pública*”; e, de acordo com **A greve III** “*Pelo contrário, deve haver quem esteja torcendo por uma tragédia, pois assim terá farto material eleitoral em 2002*”. A partir da reformulação parafrástica desses enunciados, temos: ***Políticos de esquerda estão se aproveitando da greve da polícia***

militar visando às próximas eleições logo a segurança da população não é a prioridade.

O sentido do todo remete à filiação a uma rede de já-dito de que políticos, na realidade, não estão a serviço de benefícios e melhorias para o povo, para as massas, para os pobres, revelando, por sua vez, o saber de uma formação discursiva que descredibiliza a eficiência dos eleitos na representatividade dos interesses do povo.

Esta movimentação de sentidos em torno de políticos-polícia-greve-sociedade, provoca-nos algumas inquietações, uma vez que, diante dos dados coletados referentes aos anos que ocorreram as greves, nos dizeres dos atores envolvidos (militares/grevistas vs. governos [governador, comandante geral da polícia e secretário de segurança] e alguns membros da população) os sintagmas eleição-política transitaram constantemente. Toda a movimentação de sentidos em direção a *ser* ou *não ser greve política-eleitoreira*, tanto para quem a promove quanto para quem a apoia, direciona a formulação de uma questão: “Se a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p.73), a discursividade em torno do *dito* e *não dito* que circularam na sociedade a respeito de *poder* ou *não poder* promover movimentos grevistas, bem como *ter* ou *não ter* legalidade, camuflam questões eleitoreiras, uma vez que a atenção dispensada ao povo apenas se limita ao período eleitoral?

Considerações Finais

A polícia baiana, no início do século XXI, tencionou assegurar suas reivindicações, embasando-se em direitos e deveres, que regem o trabalhador civil, garantidos pela constituição democrática, no entanto, a retrocedência do alto comando da instituição fomentou a revolta de 2001. Apesar de a Constituição Federal, promulgada em 1988, garantir ao cidadão muitos direitos, inclusive o de greve, negado no regime civil-militar anterior, mantivera, no que diz respeito à segurança pública e a polícia, protótipos do militarismo, provindos do regime imperial.

Diante dessa conjuntura, podemos afirmar que estes policiais compuseram um período marcado pela transição entre os velhos vestígios do militarismo e os novos vestígios que caracterizam uma sociedade democratizada, a exemplo: inserção de mulheres, inserção de policiais na política, exigência de nível de escolaridade para adentrar na corporação e a liberdade de participarem de associações. Acreditamos que os atores, militares/grevistas, na atual conjuntura, estejam consolidando uma nova

subjetividade discursiva, contra os discursos de greve que buscam negar o direito para esses agentes sociais.

O jogo discursivo-ideológico construído em torno de dizeres que buscaram deslegitimar os sentidos atribuídos ao direito de greve à categoria da polícia militar contribuiu, singularmente, para dar visibilidade de como ocorre o imbricamento da língua com a história, indispensáveis à compreensão do processo de construção e produção de sentidos. Sentidos esses que, ao ser construídos constitutivamente na relação com o sujeito, movimentaram-se em distintas direções por ora mostrando-se, disfarçando-se, silenciando-se, ressignificando-se.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.R. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros em 1997*. [2010]. V.I. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

_____. Farda, coturno e democracia: policiais militares em greve. In: MOTTA, R. P. (Org). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

_____. Identidade militar e resistência: soldados em greve. *Revista Interações: Cultura e Comunidade*, vol. 2, nº. 2. Uberlândia: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

BERNARDO, J. [1991]. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BORGES, C. Para governador da Bahia, PMs participaram de saques. Salvador, *Jornal Folha de São Paulo*: 19 de julho de 2001. Entrevista concedida a Luiz Francisco. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u33245.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

COUTINHO, L. Pânico em Salvador: A polícia promove a anarquia nas ruas e a bandidagem aproveita enquanto o governador viaja para fazer política. [18 de julho, 2001]. *Revista Veja: O Tamanho da Encrenca*. Editora Abril, n. 1709, 2001. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: SP. Pontes, 2009.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi [et al.] Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

_____. A forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

Recebido em: 10 de ago. 2017

Aceito em: 10 de dez. 2017